

aposentadoria | **previdência privada**

Invista hoje, **descanse amanhã**

Com a reforma previdenciária, abrem-se as portas para as poupanças de longo prazo. Planos de previdência privada despontam como um dos meios de se garantir estabilidade no futuro

Lívia Sousa



Anunciada pelo Governo Federal em dezembro passado, a reforma previdenciária finalmente deve sair do papel em 2017. A medida prevê que o trabalhador urbano atinja a idade mínima de 65 anos e contribua por pelo menos 25 anos para obter 76% do benefício. Já para receber a aposentadoria integral, é preciso que o contribuinte pague a Previdência Social por 49 anos. Hoje, se aposenta por tempo de contribuição quem pagou a Previdência por, no mínimo, 15 anos. Para resgatar 100% do benefício, este número é de 35 anos para os homens e 30 para as mulheres. No caso da aposentadoria por idade, eles precisam ter 65 anos e elas, 60. Com a nova regra, a ideia é que posteriormente os números sejam reajustados até se manter o mínimo de 70 anos de idade para ambos.

Toda essa modificação, segundo o Governo, se faz necessária diante da baixa geração de emprego, do rápido envelhecimento da população e da mudança demográfica, que impactam diretamente as despesas da previdência. Só em 2016, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registrou um déficit de R\$ 149,73 bilhões, valor recorde equivalente a pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O rombo é 74,5% maior que as cifras alcançadas um ano antes, quando somou R\$ 85,81 bilhões. Para 2017, o orçamento aprovado pelo Congresso é



Nilton Molina, da CNseg

de menos R\$ 181,2 bilhões.

Por outro lado, alguns economistas questionam o cálculo do déficit da Previdência e as limitações provocadas pelo envelhecimento da população com a alegação de que o Governo retira recursos da seguridade social para financiar outras despesas. É o caso da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que tem como principal fonte de recursos as contribuições sociais e permite o livre uso de 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas.

Em meio à discussão sobre a necessidade e a maneira como a reforma da Previdência Social está sendo feita, outra preocupação aparece: os brasileiros subestimam o risco real de perda de renda. Apenas 41% da população acredita que há menos de 10% de chance de um evento inesperado impedir sua capacidade de gerar renda, revela estudo elaborado por uma seguradora suíça. Neste cenário, o Governo é visto como a principal fonte de renda em situações de perdas repentinas. As poupanças pessoais ficam em segundo plano.

Especialista em longevidade e membro do Conselho Diretor da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Nilton Molina garante que o valor dos benefícios do INSS serão cada vez menores. Assim, para estar presente em toda a sociedade, o Estado jogará uma espécie de cobertor fino à população. “As pessoas de baixo salário sempre estarão cobertas pelo seguro social. Já as de salário médio em diante vão precisar de recursos. O estado que ia prover 100% das necessidades para o futuro vai ajudar, mas menos do que você vai precisar. Portanto, quem ganha melhor terá que se preocupar mais do que se preocupa hoje com poupança futura”, diz ele.

Para Molina, a reforma previdenciária, que já deveria ter sido discutida no País há pelo menos três décadas, produz dois efeitos antes mesmo de acontecer: o primeiro, de natureza subjetiva, leva as pessoas a entender a necessidade de se poupar ainda mais; o segundo, de natureza objetiva, considera que o sistema de previdência atual tem um nível de cobertura muito elevado – 92% dos brasileiros recebem salários abaixo do



Renato Follador, do Fundo Paraná

teto. “A reforma induz a diminuição de benefícios em aproximadamente 25% do teto”, pontua.

Reserva financeira

Os brasileiros estão encarando a aposentadoria como um projeto cada vez mais distante. Em uma pesquisa feita pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi) em parceria com o Ipsos Brasil, 62% dos entrevistados afirmaram acreditar que a reforma da previdência deve dificultar a aprovação dos pedidos de aposentadoria.

Neste caso, formar uma poupança é uma boa opção. Isso pode ser feito de várias maneiras, como por meio da compra de um apartamento ou investimento em fundos. Contudo, o consultor em previdência e presidente do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, Renato Follador, defende que o melhor instrumento para poupanças de longo prazo são os planos de previdência privada, pois carregam estímulos fiscais importantes.

“A previdência privada complementar é um patrimônio com finalidade definida. Como a contribuição é mensal, ela cria disciplina na hora de poupar por meio de um boleto ou um débito em conta, que o participante do plano recolherá antes mesmo de gastar o dinheiro com outras despesas ou compras por vezes supérfluas”, explica. Como o imposto de renda cobrado no resgate antecipado é alto, o dinheiro fica menos ao alcance das mãos e o detentor pensará duas vezes antes de utilizá-lo.

Esta é a grande vantagem macroe-

>>> previdência privada



Helio Portocarrero, economista

conômica do produto, dada a dificuldade de se implantar um sistema de capitalização e manter o regime de repartição na previdência social. Por outro lado, as aplicações em previdência privada são muito concentradas, assim como o sistema financeiro brasileiro – particularmente o sistema bancário, que atinge a massa maior da população. “Isso provoca uma rentabilidade abaixo de outras aplicações financeiras”, argumenta Helio Portocarrero, economista e membro do Comitê de Estudo de Mercado da CNseg.

Segundo ele, seria importante a existência de um mecanismo que induzisse uma competição maior na provisão de previdência privada. Para isso, é preciso que haja uma limitação por risco que possa ocorrer. “Existe a possibilidade de se aplicar na previdência privada um mecanismo que foi aplicado ao sistema imobiliário, que é o do patrimônio de aceitação, o que seria muito útil para que realmente pudesse aumentar a competitividade do setor”.

Eles já pensam no futuro

Contratar um plano de previdência privada está nos planos de Camila Verbisck desde 2015, quando a jornalista passou a trabalhar como Pessoa Jurídica. Hoje, a profissional de 34 anos atua como microempreendedora individual e contribui com a previdência social para ter aposentadoria com base no salário mínimo. A previdência privada, neste caso, seria um complemento.

“Trabalhei com carteira assinada por

quatro anos, mas nunca me preocupei tanto com isso porque, na minha cabeça, até eu ter idade de aposentar, não existiria mais previdência pública. Estava pressentindo”, declara.

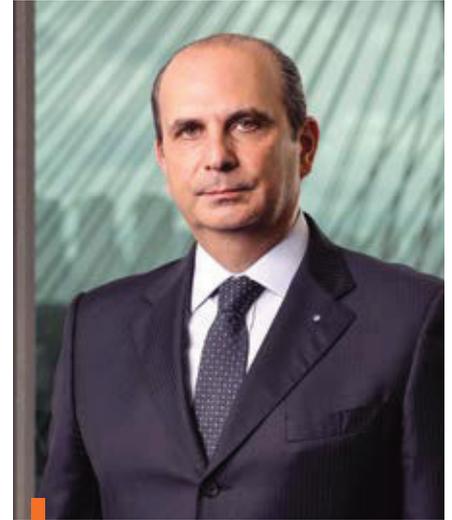
Com 43 anos de idade, o radialista Leonardo Engelmann cogita seguir o mesmo caminho e vê na previdência privada a maneira de complementar os últimos dez anos trabalhados – tempo que serve de base para que se aposente pelo INSS. “Você faz o que quiser com uma aposentadoria privada. Eu receberia o plano e declararia como renda para aumentar o valor da aposentadoria”, explica ele, que aos 18 anos recusou contratar o produto oferecido por um banco. “Se tivesse feito o contrato naquela época, com certeza estaria mais feliz.”

Quem já aderiu ao plano, por sua vez, elevou o valor da contribuição. Dados divulgados pela FenaPrevi indicam que entre janeiro e novembro do último ano os aportes acumularam R\$ 98,17 bilhões, apresentando uma evolução de 19,14% frente ao mesmo período de 2015, quando somaram R\$ 82,40 bilhões. Os planos individuais foram os que mais receberam recursos.

Com as famílias “apertando os cintos” em razão da crise econômica, o aumento das contribuições deixa uma questão curiosa: de onde essas pessoas tiram dinheiro para aplicar na previdência privada quando o momento pede corte nos gastos? Na visão do presidente da Federação, Edson Franco, a discussão



Leonardo Engelmann, radialista



Edson Franco, da FenaPrevi

da reforma contribui para a formação de consciência de que o Estado, sozinho, não vai conseguir prover toda a necessidade do indivíduo na aposentadoria. “As pessoas começam a entender que precisam formar sua própria poupança”, pontua.

Na medida em que elas continuarão precisando complementar a renda, os aportes devem seguir em expansão acima da inflação, pois o segmento é relativamente jovem no País e ainda está em processo de formação e acumulação. “Qualquer segmento de acumulação de poupança de longo prazo depende de um processo de estabilização monetária e econômica para poder crescer, fato que ocorreu somente com o Plano Real. Por isso, a previdência privada cresce muito acima da inflação. Já estamos chegando a reservas de R\$ 650 bilhões”, diz o executivo.

A média de idade do investidor que hoje aplica em previdência é de 45 anos, geração que ainda tem uma memória inflacionária. Já as novas gerações tendem a ter uma visão de longo prazo, pois viveram experiências de estabilidade monetária e macroeconômica. Franco pontua que a cultura de poupança de longo prazo muda com o tempo. Assim, o setor tem também a responsabilidade de formar pessoas, ajudá-las a entender a importância desses mecanismos de investimento e de proteção que correspondam a essas expectativas.

Mercado será beneficiado

Os especialistas são categóricos: a previdência privada sempre foi uma

necessidade para qualquer pessoa que deseja manter o padrão de vida na velhice e muitos não enxergavam este fato até o anúncio da reforma previdenciária, que agora é considerada a maior “vendedora” dos planos de previdência privada. “Na forma que está sendo desenhada, a reforma irá empurrar muitos contribuintes para a previdência privada, pois os benefícios estarão mais limitados e com prazos mais longos para obtenção”, afirma Ecio Costa, professor de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sócio da Cedes Consultoria e Planejamento. Desta forma, o setor se beneficiará com um maior contingente de contribuintes.

Já o planejador financeiro e sócio da Moneyplan Consultoria, Fernando Meibak, atenta para o fato de que os planos de previdência precisam ter custos menores. Caso contrário, o aconselhável é que as pessoas invistam elas mesmas para o longo prazo. “Os planos de previdência sofreram a concorrência de outros mecanismos de investimento de longo prazo, como Tesouro Direto, que é mais barato. Os custos dos produtos atuais são muito elevados e, com a queda de juros, ficarão menos atraentes”, argumenta.

Ao mesmo tempo em que o mercado cresce, aumenta também o lucro dos bancos que vendem os planos PGBL e VGBL.

Quando e como investir

Em previdência, tempo e dinheiro são fatores fundamentais. Quanto mais



Ecio Costa, da Cedes

se tem um, menos se precisa do outro. Por isso, quem começa a contribuir antes pode contribuir com menos mensalmente do que quem começa mais tarde, para uma aposentadoria de igual valor e iniciada na mesma idade.

Além de poupar por mais tempo, o detentor do plano vai usufruir mais dos juros recebidos no investimento de seu dinheiro. Para se ter ideia, poupando durante 35 anos mais de 2/3 do patrimônio acumulado virá dos juros. Em 30 anos, por exemplo, a previdência privada rende 31% a mais que um investimento num fundo financeiro.

Em alguns casos, pensando no futuro da nova geração, os planos são contratados pelos próprios pais ou avós. Já para quem vai aderir ao produto por conta própria, o ideal é que isso seja feito assim que o participante entrar para o mercado de trabalho.

“A previdência privada, com a coparticipação do empregador, deve ter início o mais breve possível, pois quanto maior o prazo para contribuir maior o montante obtido. É válido lembrar que a previdência sem a coparticipação pode não ser tão interessante, tendo em vista as taxas de administração e carregamento cobradas por todas as instituições financeiras”, declara o especialista em finanças e professor da FAE Centro Universitário, Amilton Dalledone.

PGBL ou VGBL?

Em um primeiro momento as letras



Amilton Dalledone, professor universitário



Fernando Meibak, planejador financeiro

podem assustar, mas o que muda é apenas o momento no qual o investidor vai recolher o imposto de renda sobre o capital (no resgate ou no recebimento da renda).

No Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), modalidade indicada para quem declara o Imposto de Renda pelo formulário completo, o poupador pode deduzir anualmente da base de cálculo do tributo, o valor total das contribuições efetuadas a planos de previdência complementar, durante o exercício social, até o limite de 12% da sua renda bruta, reduzindo o imposto a pagar ou, até mesmo, podendo ter direito à restituição.

Já o Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) é ideal para quem declara o Imposto de Renda pelo formulário simplificado, para quem se encontra na faixa de isenção do IR, ou para quem já atingiu o limite de dedução previsto para a previdência complementar (12% da renda bruta). No entanto, no momento do resgate ou do recebimento do benefício, o IR incide apenas sobre o valor dos rendimentos auferidos, e não sobre o valor total do resgate ou do benefício recebido, como ocorre no PGBL.

“O produto PGBL e VGBL tem vantagens interessantes. Em geral recomendamos a opção pelo PGBL. O indivíduo precisa ficar muito tempo investido, no mínimo sete anos. Tem que optar pelo regime de imposto regressivo. A taxa de administração do fundo não pode ser acima de 1% ao ano, não pode ter taxa de carregamento”, aconselha o planejador financeiro Fernando Meibak.